

Sobre sagrados políticos feministas e ação ecumênica de mulheres

Tatiane dos Santos Duarte¹

Resumo: Em minha tese, escolhi seguir epistemológica e etnograficamente a proposta de algumas mulheres ecumênicas, com as quais construí afinidades políticas feministas de que haveria uma história a ser contada sobre elas e seus feitos naquele campo social. Desse modo, assumi uma escrita etnográfica epistemologicamente feminista, que é fruto de um “nós mesmas” (DUARTE, 2018), que construímos como companheiras intelectuais (BORGES, 2009, p. 36) e políticas e que não se findou com a defesa pública de um texto acadêmico. Neste artigo, analiso como essas mulheres vêm construindo seus sagrados políticos no campo do ecumenismo, em diálogos e reticências com as teologias feministas, movimentos de mulheres e/ou feminismos laicos, para denunciarem as ausências femininas na história e na historiografia ecumênica e como os próprios espaços de atuação política do movimento ecumênico, considerado parte do campo progressista cristão, também se estruturam por desigualdades de gênero.

Palavras-chaves: Mulheres ecumênicas; sagrados políticos; silenciamentos históricos; teologias e epistemologias feministas.

On sacred feminist politics and women's ecumenical action

Abstract: In my doctoral thesis, I chose to epistemologically and ethnographically follow the proposal of some ecumenical women, with whom I built feminist political affinities that there would be a story to be told about them and their achievements in that social field. Therefore, I assumed an epistemologically feminist ethnographic writing that is the result of a “we ourselves” (DUARTE, 2018) that we built as intellectual (BORGES, 2009, p. 36) and political companions and that did not end with the public defense of an academic text. In this article, I analyze how these women have been constructing their sacred politics in the field of ecumenism, in dialogues and reticence with feminist theologies, women's movements and/or lay feminisms, in order to denounce the female absences in ecumenical history and historiography, and how the very spaces of political action of the ecumenical movement, considered part of the Christian progressive field, are also structured by gender inequalities.

Keywords: Ecumenical women; political sacredness; historical silencing; feminist theologies and epistemologies.

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (2018), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2011). E-mail: tatianedosantosduarte@gmail.com

Introdução

Em agosto de 2014, iniciei atividades de campo com setores do movimento ecumênico brasileiro, a fim de perceber os modos pelos quais vinculavam discurso religioso com ações políticas comprometidas com pautas em prol dos direitos humanos, das liberdades religiosas e da laicidade do Estado. Estava interessada em contrastá-los com os chamados grupos fundamentalistas, considerando as temáticas de gênero e as interlocuções de/com/entre mulheres. Com o decorrer do trabalho de campo, passei a seguir etnograficamente a proposta de mulheres ecumênicas, com as quais construí afinidades políticas feministas de que haveria uma história a ser contada sobre elas e seus feitos naquele campo social.

Entretanto, quando segui a “suspeita”² de algumas mulheres que conheci em campo sobre “uma história a ser contada” sobre o movimento ecumênico, busquei literaturas sobre a história do ecumenismo no Brasil e na América Latina, para conhecer melhor quais eram as histórias já contadas e quais histórias não haviam sido contadas, bem como o que as histórias contadas revelavam e o que omitiam. Percebi que, na produção intelectual sobre o surgimento do ecumenismo moderno, das missões protestantes e da formação dos protestantismos na América Latina, no início do século XX, bem como do próprio movimento ecumênico contemporâneo, havia uma primazia autoral masculina e uma narrativa sobre os grandes feitos de personagens homens, apenas³.

Tal herança patriarcal também se fez carne no projeto ecumênico latino-americano, que alijou as mulheres dos lugares de liderança eclesial, dos espaços de discussão e de decisão eclesiológica e como produtoras de conhecimento teológico. Apesar de quatro décadas de produções teológicas feministas, as mulheres continuam a ser desconsideradas como teólogas e como agentes religiosas de igual importância para as comunidades religiosas. Continuam sendo exaltadas apenas para reafirmarem os lugares subalternizados que o patriarcado laico e religioso as destina e terem suas ações e biografias usurpadas ou deturpadas pela voz epistêmica masculina, que teima em afirmar uma história única sobre todas nós.

Desse modo, entendi que a história que deveria ser contada era uma espécie de contra narrativa a essa história oficial sobre o ecumenismo. Ela tem uma produção teórica não apenas escrita por homens sobre homens e suas ações, mas quase não incorpora os debates feministas e as relações de gênero, ao passo que também há um enorme silêncio sobre a ação política e religiosa, inclusive feminista, das mulheres nessa história. Silêncios esses que pude presenciar em diversos momentos, durante o campo, mas também, e, sobretudo, os empreendimentos

² Utilizo aspas para categorias êmicas, falas das companheiras intelectuais (em momentos de campo e de entrevista), das demais pessoas com as quais me relacionei em campo durante a pesquisa e também para expressar categorias de outros campos sociais e analíticos. O método da suspeita é utilizado nas teologias feministas, mas não apenas, para inquirir a historiografia e seus silenciamentos, criticando a história única, que continua sendo posta como verdade histórica e epistêmica.

³ DE SOUZA (2015) aponta que, especialmente no campo das teologias e das ciências da religião, há ainda muita resistência aos estudos de gênero e aos feminismos teológicos e laicos. Isso impacta, inclusive, o quadro docente e discente das faculdades de teologia no país, mas não impede que análises sobre desigualdades de gênero e sobre as histórias das mulheres nas igrejas, nas teologias e nas sociedades sejam produzidas.

ousados das mulheres, em busca de ocupação dos espaços, disputa das narrativas, críticas teológicas, mudança no *status quo* eclesial.

Assumi, assim, uma escrita etnográfica, epistemologicamente feminista, que é fruto de um “nós mesmas” (DUARTE, 2018), que construímos como companheiras intelectuais (BORGES, 2009, p. 36) e que não se findou com a defesa pública de um texto acadêmico. Isso porque continuamos enredadas em outros projetos e ações de incidências políticas, não apenas pelos direitos das mulheres, mas pelo fortalecimento da democracia, da laicidade e da agenda dos direitos humanos.

Neste artigo, trago minha interlocução com algumas dessas mulheres ecumênicas e suas compreensões sobre sagrados políticos formulados e em diálogos e reticências com as teologias feministas, movimentos de mulheres e/ou feminismos laicos, para denunciarem não apenas setores fundamentalistas, que tornam a crença cristã legitimadora de lugares subalternizados para as mulheres, mas criticarem as ausências femininas na história e na historiografia ecumênica e como os próprios espaços de atuação política do movimento ecumênico, considerado parte do campo progressista cristão, também se estruturam por desigualdades de gênero e de violências contra as mulheres.

Sobre facetas ecumênicas, destravessias políticas e ousadias feministas

Apesar das notórias influências e efeitos dos setores considerados conservadores na política brasileira (DUARTE, 2020), setores cristãos também têm historicamente se envolvido na promoção dos direitos individuais e na formulação e garantia dos direitos humanos (STEIL; TONIOL, 2012). O movimento ecumênico brasileiro é reconhecido publicamente como setor religioso atuante na construção da democracia brasileira, em defesa das liberdades e dos direitos democráticos e contra as desigualdades e as injustiças sociais (DUARTE, 2017), desde a luta contra a ditadura militar (DIAS, 2013).

A própria Teologia da Libertação, que alimentou o movimento ecumênico nas décadas passadas, alicerçou a luta e a disputa política nas igrejas e na sociedade, na categoria universal do pobre, sem rosto, gênero, raça, etnia (DEIFELT, 2015). Como abordarei adiante, através de extratos de entrevistas realizadas e de dados de campo⁴, mulheres ecumênicas e teólogas feministas engajadas nas lutas por seus direitos civis e religiosos começaram a fazer críticas a essa proposta política e teológica, que, apesar de sua importância para o adensamento das democracias e da agenda dos direitos humanos latino-americanos, desconsiderava as assimetrias entre público e privado, casa e rua, masculino e feminino e as desigualdades entre homens e mulheres nas igrejas.

Embora seja caracterizado como campo religioso progressista ou mais aderido às pautas das esquerdas partidárias, também se aproxima dos setores religiosos denominados como “fundamentalistas”, quando as desigualdades e injustiças de gênero e os direitos sexuais

⁴ As entrevistas foram gravadas e um Termo de Consentimento Livre foi assinado por todas as mulheres, mesmo aquelas que compunham meu círculo mais próximo de interlocução e de amizade.

e reprodutivos das mulheres eram reivindicados nas situações etnográficas de que participei. Conforme fui adensando meu trabalho de campo em eventos e ações políticas do movimento ecumênico, percebi que essas temáticas não eram tão presentes nas ações políticas de muitas de suas organizações e que, quando eram apresentadas, sempre causavam desconfortos, conflitos e dissensos e pouco ocupavam a fala ou o posicionamento público ecumênico.

Importante dizer que, apesar da crítica, nunca negaram o impacto público do ecumênico eclesiástico (BENCKE, 2014) nas organizações e ações ecumênicas e também em suas experiências políticas de fé. Por isso, muitas delas afirmaram também a importância de participar dessa “grande política ecumênica” (DUARTE, 2016), que burocratiza e institucionaliza, veicula discursos oficiais, documentos e pactos, mas também realiza importantes incidências políticas e eventos de discussão e de formação através de suas instituições formalizadas (como o CONIC⁵ e o Fórum Ecumênico ACT Brasil⁶). Até porque há igrejas com doutrinas, principalmente em temáticas relativas aos direitos das mulheres e das minorias, sobre valores morais religiosos e diálogos com outras religiões, mais alinhadas aos conservadorismos. Desse modo, a doutrina da igreja pode ser localmente mais expressiva do que o compromisso político ecumênico da igreja (BENCKE, 2014), pois cada comunidade responde ao chamado ecumênico se e como desejar.

Todavia, ainda reconhecem o ecumenismo sendo um oásis no deserto cristão (Bispa Marínez Basotto, anglicana, Entrevista, Porto Alegre/RS, 24/11/2015). Logo, como espaço que propicia abertura ao diálogo, mesmo que pequeno, entre doutrinas cristãs, valores religiosos de outras expressões de fé. Como disse Noemi Buyo, leiga anglicana: “Ser ecumênica é aceitar que a sua comunidade de fé não é só no meio cristão”, mas “qualquer lugar que você pode vivenciar e amadurecer sua fé” (Entrevista, Skype, 10/11/2015). A partir dessa perspectiva, o ecumenismo pode ser o espaço onde, “diante de pautas, geralmente sociais, de direitos, a gente vai com a nossa fé, nossa identificação religiosa e dialoga, a partir dessas pautas concretas, aquilo que nos une com algumas pessoas e com outras não” (Lori Altmann, teóloga luterana, Entrevista, Porto Alegre/RS, 22/11/2015).

Dessa forma, os espaços ecumênicos são vistos como lugares de diálogos possíveis entre as pluralidades religiosas, a partir do compromisso de realizarem “denúncias prof(éticas)”⁷

⁵ O CONIC foi fundado em Porto Alegre/RS, em 1982, após um longo processo de articulação entre as igrejas Católica Apostólica Romana/ICAR, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB e Igreja Metodista/IM (BENCKE, 2014). Sua ata de fundação atesta como membros a Igreja Católica Apostólica Romana/ICAR, a Igreja Cristã Reformada/ICR, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil/IEAB, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB e a Igreja Metodista/IM. O objetivo era aproximar igrejas cristãs a partir da perspectiva de confissão da fé comum em Jesus Cristo e na missão de comunhão profunda, em prol de um testemunho público de serviço ao povo brasileiro através de incidências públicas, mas também por meio de acordos e pactos doutrinários, como o de reconhecimento do batismo mútuo e o de hospitalidade eucarística.

⁶ Criado em 1994, o Fórum Ecumênico busca fortalecer o campo ecumênico através de ações de cooperação, que favoreçam o diálogo entre culturas religiosas, a fim de promover testemunhos anuais, através dos quais reflexionam sobre as atividades anuais decorridas e estabelecem as prioridades de incidência política para o ano seguinte. Hoje o Fórum Ecumênico faz parte da ACT Alliance, sendo então nomeado FEACT – Brasil. Dele fazem parte as principais organizações ecumênicas do país e também algumas igrejas cristãs.

⁷ Entendo as denúncias proféticas como a ação concreta do compromisso ético e profecia ecumênica com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um alinhamento político, baseado em uma perspectiva teológica que considera Cristo um revolucionário e contestador das opressões de seu tempo. Por esse motivo, ao se engajar em contextos e processos de luta social contra as desigualdades e injustiças na sociedade, estão seguindo o Evangelho de Jesus.

das mazelas que acometem a “casa comum” (a terra habitada por todos os povos, o planeta Terra). Entretanto, são as mulheres, mas não apenas, que têm ritual e, politicamente, trazido incômodos à proposta ecumênica originária (a saber, união apenas entre cristãos, no masculino) e às teologias patriarcais.

Essas contradições e outras marcam o movimento ecumênico especialmente diante da necessidade de realizar consensos entre diferentes tradições religiosas, marcadas por uma estrutura historicamente patriarcal e um passado colonial, hegemônico e excludente (SOUZA, 2014), que muito se faz presente no movimento ecumênico, assim como a recusa às diversidades étnicas, culturais e sexuais nesse ecumenismo, ainda marcado pela branquitude colonial cristã⁸. Marília Schuller, leiga metodista, relembrou que a ideia de ecumenismo deveria incluir todas as pessoas, mas as Igrejas cristãs definiram conceitualmente “algumas linhas do conteúdo dessa palavra a partir do cristianismo”, excluindo, assim, “todo mundo habitado, todo mundo habitado não é cristão” (Entrevista, Rio de Janeiro/RJ, 03/12/2015).

Cientes dos desafios ainda a serem superados, elas continuam teimosamente dialogando com os valores religiosos, políticos e sociais distintos, com subjetividades e vínculos religiosos nem sempre institucionalizados ou não identificados apenas com a sua expressão de fé. Mas essas conexões não são automáticas nem isentas de dificuldades. Pastora Lídia, teóloga metodista, ressaltou que o espírito ecumênico tem sido abafado no âmbito das igrejas, pelas teologias mercadológicas e exclusivistas, que não dialogam com doutrinas, tradições e dogmas religiosos. Assim, o ecumenismo passou a ser visto como ameaça à identidade religiosa e a esse projeto de evangelização, que visa “ganhar almas pra Jesus” (Entrevista, São Bernardo do Campo/SP, 26/01/2016). E, por isso, lutam, em suas comunidades de fé, contra uma perspectiva religiosa, pois reconhecem que, mesmo em igrejas que se assumem ecumênicas, “a intransigência e intolerância religiosa estão bem presentes” (Ester Lisboa, leiga anglicana, Entrevista, São Paulo, 08/10/2015).

Além dessas disputas entre denominações, o campo ecumênico experimenta ainda disputas intradenominacionais sobre a identidade religiosa. A partir de sua experiência em uma comunidade luterana, em Belém do Pará, pastora Cibele Kuss conta dois episódios sobre os estranhamentos de luteranos com uma forma de ser luterano a partir de várias pertencas religiosas e em diálogo com diferentes crenças. Fatos esses que, para mim, revelam como há forte discriminação com outras religiões e até mesmo um viés racista em denominações que, no campo religioso, se colocam como distintas dos “*fundamentalistas*”.

Nesse sentido, para Elinete Muller, o testemunho público ecumênico deve entender que, “se nós queremos ser uma sociedade transformada, nós não podemos deixar ninguém pra trás” (leiga, presbiteriana unida, Entrevista, Brasília/DF, 26/02/2016). Todavia, como me disse a pastora luterana: “O maior desafio do ecumenismo é lidar com a questão da hierarquia

⁸ Esse é aspecto importante para se analisar criticamente o movimento ecumênico, pois, como me alertou Tairine Pimentel, uma de minhas companheiras intelectuais, ao delimitar mulheres ecumênicas tendo como entrada as organizações ecumênicas, teria certo perfil de mulheres: brancas, de classe média, mais escolarizadas e/ou engajadas politicamente mais à esquerda, seja em movimentos sociais e/ou em partidos políticos. Perfil esse que difere da maioria da base religiosa das igrejas pentecostais e neopentecostais e até mesmo das que se colocam ecumênicas.

nos espaços de discussão e de decisão, pois é fato que os homens estão na liderança das Igrejas e do movimento ecumênico.”

Dessa forma, mulheres e também leigos e leigas são excluídos dos processos de reflexão e discussão e também litúrgicos e públicos. Por isso, cotidianamente, é preciso “criar estratégias” para trazer assuntos controversos às pautas dos eventos e às discussões institucionais. Muitas vezes, nossas “ações de rebeldia” são intimidadas, mas as mulheres “não se calam”, talvez porque já foram demasiadamente silenciadas. Assim, destacam uma oposição ao ecumenismo de etiqueta, de conferências, de grandes eventos, de guardanapos dobrados pelas mulheres, de cenários prontos para fotografar os homens vestidos em seus trajes litúrgicos, para reproduzirem seus monopólios e reificados lugares.

Um dos primeiros eventos de campo de que participei foi o Simpósio Ecumenismo e Missão – Testemunho Cristão em um Mundo Plural, realizado pelo CONIC e as Comissões de Ecumenismo, Missão e Laicato da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em agosto de 2015, no Centro Mariápolis Ginetta, localizado em Vargem Grande Paulista, São Paulo. Nesse evento, um grupo de mulheres planejou a liturgia de encerramento, na qual apenas elas falariam, ordenadas e leigas, transformando a homilia em mística ecumênica – roda, abraços, perfumes e óleos, toques, cânticos. Sobretudo, foi dirigida por elas, a fim de ocuparem o espaço comumente masculino e denunciarem as desigualdades e injustiças de gênero no ecumenismo, em suas igrejas, naquele evento.

Naquele dia, na parte da noite, grupos específicos de discussão se reuniram: de mulheres e leigos e leigas. Por certo, o grupo de mulheres me interessava, todavia, já havia sido ‘intimada’ a participar. Durante a reunião, o coletivo de mulheres⁹ “denunciou” que continuam a ser invisibilizadas e deslegitimadas no ecumenismo porque a carne da teologia ecumênica é feita da exegese patriarcal do verbo. Por isso, as desigualdades de gênero ainda estão presentes não apenas nos discursos teológicos nas comunidades religiosas, mas nas próprias organizações ecumênicas. Naquela reunião, as mulheres decidiram que era necessário resgatar a mobilização feminina ecumênica para fomentar a luta contra as injustiças de gênero, uma vez que o patriarcado está estruturado nos dogmas, nas eclesiologias e nos lugares masculinos legitimados. Era preciso reconstruir a consciência feminista das mulheres em suas comunidades e nos espaços de atuação ecumênica.

Após fazer essa análise de conjuntura, o grupo de mulheres debateu e estabeleceu três espaços políticos de atuação para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres nas Igrejas e no próprio movimento ecumênico. O primeiro espaço de incidência é a própria teologia (nos cursos de formação, nas catequeses, nas liturgias), que verbaliza e legitima determinados papéis conferidos às mulheres nas comunidades religiosas. Segundo elas, a teologia feminista foi esvaziada dos cursos de teologia nos últimos anos, assim, há uma geração

⁹ Estavam presentes a secretária administrativa do CONIC, a secretária geral do CONIC, quatro pastoras da Igreja Evangélica de Confissão Luterana/IECLB, quatro reverendas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil/IEAB, três religiosas da Igreja Católica Romana/ICAR, uma leiga da Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia/ISOA, uma pastora da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil/IPU e a pesquisadora da ordem vicentina.

de mulheres teólogas que não foram formadas por essa hermenêutica e que desconhecem a história da teologia feminista.

Por isso, retomar a perspectiva da teologia feminista aos cursos de formação e incentivar o conhecimento das protagonistas do protestantismo, do ecumenismo e das igrejas é importante para a (re)construção da consciência feminista e de gênero entre as mulheres cristãs. Isso porque a primazia do masculino patriarcal nas liturgias, eclesiologias e teologias contribuiu para a invisibilização das mulheres e, sobretudo, para o não reconhecimento do ordenamento feminino pelas comunidades. Uma das estratégias que via diversas vezes em campo era mobilização para que as mulheres ordenadas ministrassem as liturgias, as celebrações em eventos e em encontros ecumênicos ou que ocupassem esses espaços. Todavia, são elas que preparam as liturgias, arrumam o templo, se preocupam com as comensalidades, organizam as celebrações. Os bastidores são feitos por mulheres e os holofotes ficam destinados aos homens.

O segundo espaço de ação é o da política institucional das igrejas e do movimento ecumênico. Para as mulheres, é preciso promover o debate sobre a desigualdade de gênero nas composições das diretorias das instituições ecumênicas e dos grupos ecumênicos nas localidades e comunidades. Para isso, as mulheres devem se mobilizar e promover alianças para que também participem das composições das diretorias e ocupem cargos. Igualmente, é necessário realizar encontros ecumênicos de mulheres e organizar grupos ecumênicos locais de mulheres para resgatar, analisar e propor ações sobre o tema da invisibilização e dos silenciamentos femininos no campo religioso. Por fim, elas sugeriram que o CONIC propusesse às suas igrejas-membro a discussão dessas pautas entre as suas bases religiosas.

O último espaço proposto por aquelas mulheres era de realização de três ações de incidência pública, a fim de fazerem memória sobre as histórias das mulheres ou sobre seus esquecimentos. A primeira era recordar as participações das mulheres reformadoras, no marco dos 500 anos da Reforma Protestante, em 2017. A segunda era publicizar a Bíblia da Mulher, um conjunto de revisões e anotações feitas pela sufragista e militante dos direitos das mulheres, a norte-americana Elizabeth Cady Stanton, publicada em dois volumes, em 1895 e em 1898. Por fim, a terceira envolvia informar e engajar mulheres que estão nas comunidades sobre as ações de incidências públicas, realizadas por organismos ecumênicos e por igrejas, sobre a temática das violências contra as mulheres.

Essas propostas trazidas por minhas companheiras intelectuais mapeiam os modos pelos quais as desigualdades de gênero se estruturam nos espaços de atuação política do movimento ecumênico. Como algumas delas comentaram durante o Simpósio, as reflexões de gênero são pouco discutidas nas comunidades religiosas locais que, em sua maioria, ainda são reticentes em relação às desconstruções de princípios classificatórios binários que organizaram também a sua fé. Por isso mesmo, naquele evento, as mulheres (e também alguns homens) que tencionaram os discursos consensuados trouxeram a perspectiva feminista para criticar a teologia e as liturgias patriarcais, ainda presentes nos discursos e nas ações ecumênicas. Quando se falava de igualdade de gênero, o mal-estar tomava conta da assembleia, o ar leve de defesa

dos direitos democráticos pesava quando alguém clamava para que as Igrejas revisassem as teologias patriarcais nas quais estruturaram suas doutrinas e os poderes dos homens.

Após essa mesa, novos grupos se reuniram para debater os temas expostos e propor ações às suas Igrejas e ao CONIC. Estava previsto que um cardeal católico – que não participou do encontro – ministraria a cerimônia final juntamente com outros clérigos. Essa cerimônia havia sido pensada e preparada por uma equipe de liturgia composta por quatro mulheres ordenadas. Naquele momento de trabalho em grupo, algumas mulheres, tomadas por um “espírito de rebeldia”, sugeriram a uma das pastoras integrantes da equipe de liturgia que mais mulheres participassem da celebração final, inclusive as leigas. Desse modo, a equipe de liturgia coordenou, juntamente com outras mulheres, uma investida feminista contra o “monopólio do uso da palavra” (BOURDIEU, 2001) pelos homens. Assim, a homilia transformou-se em mística ecumênica – roda, abraços, perfumes e óleos, toques, cânticos – dirigida por aquelas mulheres que, através de uma “rebeldia cristã” (GEBARA, 2006), instauraram a igualdade e a justiça de gênero naquela situação social, denunciando ritual, simbólica e politicamente seus lugares como aquelas que não se calarão diante das injustiças e desigualdades de gênero.

Talvez por isso, a vivência ecumênica dessas mulheres também ocorra no âmbito ou a partir de eventos e formações realizados por entidades ecumênicas quando, muitas vezes, denunciam e provocam, trazendo mais contrassensos a uma história já tão contraditória. Seguem, mesmo nos interstícios, sem se furtarem dos debates e dos enfrentamentos necessários, a fim de desafiar canônes e dogmas e serem também vozes proféticas, autoras da história, personagens relevantes¹⁰.

Para elas, o ecumenismo não poderia ser descrito e vivido por muitos de seus companheiros homens. Buscam um ecumenismo faminto por convivências, partilhas, encontros, transgressor de identidades e conceitos teóricos, que transponha muros e pontes, que possa se travestir de outras experiências e, sobretudo, que esteja alinhado às histórias das mulheres. Assim, o ecumenismo que professam possui outros cheiros e sabores. Caminha por percursos não revelados nos anais teóricos e escritos históricos tão masculinos, mas conota enormemente seus sagrados políticos e suas denúncias feministas das injustiças, desigualdades, exclusões e silenciamentos que lhes foram historicamente impostos.

Sabe o que é o ecumenismo para mim? II Reis, quando Eliseu chega em Jericó e o povo diz pra ele que a cidade é boa, mas que a água está morta e a terra está morta. E ele pede um pote, pede pra trazer um pote pra ele e sal, e ele pega esse pote com sal, caminha até o manancial e joga o sal na água. Então é responder as demandas da vida com aquilo que a gente tem ali, com aquilo que faz parte da nossa vida, é uma alquimia. Acho lindo esse texto, porque ele chega na cidade, ele é um profeta, a comunidade religiosa vai lá e diz pra ele que a fonte de água está sendo manipulada pelo império, que as pessoas não podem beber a água, que a seca é muito grande, e aí ele não sabe exatamente o que ele vai fazer, mas ele responde com a sua história, com sua memória religiosa. Ele sabe que sal cura, que sal limpa, que é um mineral importante. Ele lembra

¹⁰ No capítulo 2 da minha tese, faço um apanhado de parte dessas participações femininas desde a criação do Conselho Mundial de Igrejas/CMI até as ações ecumênicas no Brasil, de grupos de mulheres, em torno do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs/CONIC, nas décadas de 80 e 90.

de um pote, ele vai na cozinha, um pote que é um elemento tão comum na vida das pessoas. E ele faz teologia, ele cuida das pessoas, e ele faz profecia. Ele se posiciona teologicamente também respondendo a vida, respondendo aquele contexto. E é tão inter-religioso isso, é um ritual, é quase uma magia o que ele faz, um feitiço. [...]. Então é pegar aquele elemento da vida que está tão presente e transformar. Então acho que o ecumenismo tem essa coisa da alquimia, da busca de sentido, de estar junto com as pessoas, de falar do evangelho de Jesus Cristo com essas relações que são relações culturais, econômicas, sexuais, geracionais que têm a ver com nossa experiência religiosa. (Pastora Cibele Kuss, luterana, Entrevista, Porto Alegre/RS, 25/11/2018).

Essa fala de Cibele revela dois importantes sentidos dados por minhas companheiras intelectuais à ideia ecumênica. A primeira é a primazia do cotidiano, das demandas e urgências postas pela vida e como problemas e questões sociais convocam as pessoas religiosas a também superarem diferenças e conflitos assim como agendas, financiamentos e institucionalidades em prol do bem comum. A segunda é a aceção do ecumenismo feito por pessoas com seus compromissos, éticas, desejos e potencialidades, que se relacionam através de vínculos mais ou menos estreitos com espaços ecumênicos mais formalizados e institucionalizados e também com outras perspectivas políticas.

Desse modo, como advoga Nívia Ivette, teóloga e leiga anglicana, ser ecumênica envolve tornar o cotidiano espaço de luta política e de ação em prol de frentes de mudança do *status quo*, que não condizem com a perspectiva do sagrado que professam. Assim, se há muitos empecilhos para entender a profecia ecumênica como expressão teológica, o cotidiano, como disse Noemi, nos impulsiona a “*buscar em outro lugar e trazer essas influências de outro local pra sua comunidade, pra fortalecer, ampliar a visão cada vez mais*”. Essa aceção de que ser ecumênica envolve tanto desafiar estruturas eclesiais ou transformar desertos em oásis, quanto perceber seu aspecto enquanto espaço potencializador de pautas políticas em conjunto com outras pessoas foi destacada também por Lori Altmann.

Segundo Lori, o espaço ecumênico é também o das institucionalidades e formalidades, por isso, “nunca quis entrar nessa discussão de dogmas estruturais” (Entrevista 22/11/2015). Mas, diante de contextos de fé reticentes à promoção de algumas pautas políticas, para ela, é no movimento ecumênico que é possível verbalizar sobre determinados assuntos, de modo a promover “pautas concretas” em prol de vida digna para todas as pessoas. Por isso mesmo, é preciso transpor históricas aceções conceituais sobre o que é ser ecumênico para conseguir ser “aquela pedra no sapato” para “fazer a diferença na sociedade”, especialmente em um contexto de grandes desigualdades e injustiças sociais e no qual atua “uma bancada evangélica com Eduardo Cunha” (Nívia Ivette, teóloga e leiga anglicana, Entrevista 26/11/2015). Para isso,

a gente tem que estar o tempo todo oferecendo esse espaço e dialogando, dialogando, dialogando, não é um diálogo construído, não tem uma receita, a gente tem que estar olhando e a partir de uma realidade e da experiência que a gente vai ganhando, vai adquirindo na comunidade, ir construindo, falando que não é um espaço da dicotomia, é um espaço da diversidade e a casa é de todos. Por isso, pode ser dura a caminhada, mas a gente não perde o sonho. O sonho está sempre aí como desafio (Nívia Ivette, teóloga feminista e leiga anglicana, Entrevista 26/11/2015).

Assim, sendo o escopo da ação ecumênica a realização de gestos concretos pelo bem comum, como cada mulher entra nessa ciranda depende de suas trajetórias e subjetividades religiosas e sociais. Por exemplo, a inserção de Noemi no âmbito do ecumenismo, em sua cidade vem através de seu contato com a Pastoral da pessoa idosa (organizada pela Igreja Católica Romana). Foi esse espaço que “despertou a ideia da ação ecumênica pra transformação da sociedade, sabe? Por luta, pela questão da promoção da vida, uma igreja engajada com projetos sociais concretos” (Entrevista, 10/11/2015).

Talvez, por isso, reconhecendo tantas verticalidades, elas se colocam nesse campo para disputarem espaço e afirmarem seus ecumenismos horizontais quando se sentam juntas, partilham, misturam suas espiritualidades, constroem teologias alimentadas pelo cotidiano da vida da gente, de toda gente. Segundo Marga Ströher, teóloga feminista e pastora luterana, é através dessa perspectiva que se pode fazer do ecumenismo um princípio realmente ético e profético, que vislumbra novas formas de pensamento, práticas e ações políticas e religiosas (Entrevista, 11/01/2016, Brasília/DF). Talvez, por isso, as experiências ecumênicas dessas mulheres também se enlacen de perspectivas políticas de movimentos e organizações da sociedade civil ao passo que também são os próprios espaços de formação e de suas militâncias políticas. “*Eu sempre falo que a minha militância, meu comportamento como militante de esquerda veio da minha participação no movimento ecumênico...*” (Dulce Xavier, leiga católica romana, Entrevista, São Paulo/SP, 28/01/2016).

Nesse sentido, essa vivência ecumênica a partir de um *script*, um conceito que reduz relações e não expande vínculos, é duramente criticada por minhas companheiras intelectuais. Por isso mesmo, muitas se afastaram das instâncias mais institucionais do ecumenismo, pois não conseguiram mais vislumbrar esse espaço como possibilitador de ações e proposições políticas engajadas pelo bem-estar social, mas apenas replicador de intelectualidades, incidências e propostas marcadamente excludentes e até mesmo discriminatórias, preconceituosas e desiguais. A despeito dessas dores e desafeições que assinalam as histórias de muitas mulheres no ecumenismo, é também marcante, em muitas falas, como o ecumenismo, mesmo sendo espaço de disputa e dissenso, é também lugar de “*afeto e do respeito à diversidade*” (Pastora Eliad Dias, Entrevista 03/02/2016), cujos encontros possibilitaram que essas mulheres conhecessem outras mulheres, celebrassem, construíssem laços de amizade e de cumplicidade, vínculos afetivos, redes políticas e também seus lugares como militantes feministas.

Logo, em contraposição às perfumarias ecumênicas, o sentido ecumênico que evocam é o desejo de primarem pela abertura e de enfrentarem debates para fazerem dos espaços ecumênicos movimentos condutores de pautas e discussões fomentadoras de novas propostas para a sociedade e também para as comunidades religiosas. Assim, para ser feito em movimento, é preciso ser um “ecumenismo tupinambá” (Nancy PEREIRA, 2014b), faminto por convivências, partilhas, encontros, projetos, porque concebe como importante para a realização das “denúncias proféticas” transgredir identidades e conceitos, transpor muros, se travestir de outras experiências.

Por isso, apesar das hierarquias e institucionalidades (ecumênicas e religiosas) que reforçavam outros vínculos, elas foram criando redes, fomentando vínculos entre elas e outras pessoas que as permitiram resistir e recriar proposições políticas não apenas no movimento ecumênico, mas também fora dele. Assim, persistiram e, mesmo que também ocupando espaços nas intuições ecumênicas, se vincularam a um projeto profético mais popular, marcadamente feminista e promotor de discussões e ações menos ensimesmadas e mais aderidas às urgências da sociedade.

Ora, se suas vivências ecumênicas são explicadas das mais diferentes formas, é porque foram construídas em muitas e distintas caminhadas, entre diferentes campos sociais, mas como sentido do comprometimento político-social que expressa seus sagrados políticos. Assim, se o sagrado é conteúdo de suas ações concretas em prol da construção de uma sociedade menos violenta, mais justa e igual e norte que alinha e aproxima seus passos ecumênicos, é igualmente o que tenciona o campo e suas disputas, tendo em vista as persistentes desigualdades nas relações de gênero. Especialmente porque seus sagrados políticos refutam o proposto pelas teologias patriarcais, porque está alimentado por diálogos com movimentos sociais populares e feministas laicos, assim como pelas teologias feministas.

Também porque reconhecem que, apesar da conquista de alguns direitos religiosos, como a ordenação feminina¹¹ e a inserção das mulheres nas faculdades de teologia, a instauração de uma igualdade ou a presença de uma perspectiva feminista e o reconhecimento dos dons espirituais das mulheres continua sendo nossa utopia, seja na organização estrutural, nas legislações ou nas leituras teológicas nas comunidades religiosas. No âmbito do ecumenismo, também vemos pouco assento de mulheres em cargos e funções diretivas. Por isso, uma das investidas políticas das mulheres compreendeu pleitear cargos de direção e liderança nas entidades ecumênicas e não apenas participar de eventos, incidências públicas e encontros de formação.

As mulheres apenas começaram a conquistar esses espaços no início do novo século. Após 30 anos de teologia Feminista, em 2011, Romi Bencke foi a primeira mulher a ocupar assento na Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs/CONIC. Ela também é a primeira mulher secretária geral do CONIC, admitida em 2013. Em 2003, Koinonia teve sua primeira mulher no cargo de assessora de programas, Ester Lisboa. Na Coordenadoria Ecumênica de Serviço/CESE, Eliana Rolemberg foi a primeira mulher diretora executiva. Hoje Sônia Mota, teóloga feminista e pastora presbiteriana, ocupa a função. Elinete Muller ocupou, muito recentemente, lugar como primeira mulher na diretoria do CONIC, como nome indicado por sua igreja, a presbiteriana unida/IPU. Anita Whright hoje ocupa esse lugar também como representante da IPU. Terezinha Cruz, leiga católica romana, foi a primeira

¹¹ As primeiras mulheres ordenadas foram: Carmel Etel Gomes na IEAB, em 1985; Zenir Soares na Metodista, em 1974; Edna Moga Ramminger em 1982, na IECLB. Em 1999, Marinez Bassotto torna-se a primeira Deá de uma catedral anglicana no Brasil (Catedral da Santíssima Trindade em Porto Alegre/RS) e, em março de 2018, ela se torna a primeira mulher anglicana eleita Bispa (para a Diocese da Amazônia). Elisabeth Dietschi foi a primeira mulher com o título de bacharel em teologia, formada pelas Faculdades EST, em 1970. Apenas na década de 70 mulheres adentram as faculdades teológicas, não sem sofrerem toda espécie de assédio e empecilhos. De todo modo, minhas companheiras intelectuais apontam que essa entrada foi importante não apenas individualmente – no sentido da formação e da possibilidade de obter conhecimentos teológicos feministas –, mas coletivamente, porque os avanços no campo acadêmico subsidiaram formações ecumênicas e nas comunidades de fé.

mulher a ocupar um lugar na diretoria do CONIC, sendo reconhecida como figura central na constituição do CONIC e como autora apócrifa de textos verbalizados por sacerdotes. Lori Altmann foi a primeira mulher na coordenação ecumênica do Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria/CECA. Depois, Romi Bencke e Sônia Mota ocuparam a função de assessoria na organização; a direção continuava sendo masculina. Os exemplos nessa direção são muitos.

Desse modo, se suas vivências ecumênicas são explicadas das mais diferentes formas, é porque foram construídas em muitas e distintas caminhadas, entre diferentes campos sociais. Logo, procurei apontar para algumas direções e caminhos por onde transitaram, sem reduzir suas caminhadas a uma nomeação ou a uma etiqueta, como “mulheres ecumênicas”, mas percebendo o ecumenismo não como conceito explicativo de uma prática social, mas como potência-desejo que motiva, conduz, comove, intenciona, propõe, compartilha e mobiliza a buscar sentido e comprometimento político-social para a profecia ética teológica que expressa seus sagrados políticos. Assim, se o sagrado é conteúdo de suas ações concretas em prol da construção de uma sociedade menos violenta, mais justa e igual e norte que alinha e aproxima seus passos ecumênicos, é igualmente o que tenciona o campo e suas disputas, tendo em vista as persistentes desigualdades nas relações de gênero. Especialmente porque o sagrado que advogam refuta o proposto pelas teologias patriarcais, porque está alimentado por diálogos com as teorias e movimentos feministas laicos, assim como pelas teologias feministas.

Diante dessa perspectiva ecumênica, travestida de artefato para exercício do poder das letras, da história, da teologia, da produção intelectual, minhas companheiras intelectuais (e outras mulheres) se apropriam das hermenêuticas religiosas para disputarem o verbo teológico nesse campo ecumênico ainda centrado num poder patriarcal, que divide, hierarquiza e organiza os lugares e os não lugares das pessoas. A concepção de um sagrado crítico e posicionado, feministicamente produtor de teologias encarnadas dos cotidianos e das urgências da vida das mulheres e não de dogmas e preceitos, produz efeitos em suas subjetividades religiosas e políticas e nos modos como se inscrevem nesse campo para promoverem as mudanças que julgam imprescindíveis para que a concepção ecumênica seja, de fato, verbalizadora do projeto teológico de Jesus e, assim, possa fomentar boas novas para a sociedade. Por isso, diversas autoras já destacaram o importante papel das críticas feministas para os estudos da religião e também para a quebra de paradigmas científicos e religiosos produtores de saberes-poderes masculinos e universais (DE SOUZA, 2015), e como categorias como gênero estressam esses campos patriarcais (ROSADO-NUNES, 2014).

Por isso mesmo, diante dos muitos caminhos ainda a serem trilhados, elas reconhecem que as teologias feministas as fizeram conhecer um sagrado crítico e posicionado feministicamente, encarnado nos cotidianos e nas urgências da vida das mulheres e não em dogmas e preceitos, produzindo, assim, efeitos arrebatadores em suas subjetividades religiosas e políticas. Mesmo que tenham rompido com suas igrejas ou com o ecumenismo eclesiástico, continuam formulando hermenêuticas religiosas feministas (GEBARA, 2008) para disputarem o verbo teológico, ainda centrado em um poder patriarcal, que divide, hierarquiza e organiza os

lugares e os não lugares das pessoas. Porque estão compromissadas como apóstolas e herdeiras igualmente legítimas do movimento teológico de Jesus, logo, entendem que, para fomentar ecumenicamente boas novas para a sociedade, é necessário que haja concretamente um verbo cuja ética seja a igualdade.

Para mim, a espiritualidade e o sagrado estão acima da religião, ele está acima das estruturas religiosas e isso me sustenta. Está acima desse poder religioso patriarcal. A estrutura patriarcal, religiosa, de poder, ela tem uma face masculina, conservadora, a meu ver destruidora. [...]. Daí a minha fé, da minha perseverança na religião é porque eu acho que eu anseio por uma existência que seja, eu não estou pregando o reino dos céus e aquela salvação abstrata não, estou falando do reino aqui, de seres humanos que se amam, se respeitam, tem sua fé na esperança, no sagrado, no sagrado maior do que esse Deus fabricado, masculino, opressor. Essa fabricação desse Deus foi uma construção que não responde ao anseio real do ser humano. E daí que as religiões fazem parte dos processos opressores (leiga, presbiteriana unida, Entrevista, Brasília/DF, 26/02/2016).

Ao longo de suas fases, as teologias feministas trouxeram novas imagens sobre Deus, entendendo que suas faces e representações precisavam ser outras, distintas do Deus patriarcal. Ivone Gebara (2017) considera que Deus, para as mulheres (sejam elas leigas ou teólogas), se expressa não como um racional teológico ordenador de ações e sentimentos, mas como carne entranhada no cotidiano dos problemas, das escassezes, das bênçãos, das necessidades e urgências da vida. É o Deus da vida! Por isso, criticam o discurso de verdade, seja religioso (porque alicerçado na palavra de Deus como atemporal e inquestionável), seja científico, que estabeleceu saberes reconhecidos e poderes validados sobre os sagrados e suas políticas. Denunciam o modo como a teologia tem sido feita e estruturada como um sistema de saber-poder colonial e machista, pois

as intuições existenciais mais profundas, apropriadas por uma elite, tornaram-se doutrina, conhecimento de alguns iniciados, conceitos e teorias religiosas impostos aos chamados leigos e afirmados como vontade de Deus. Mas de que Deus se está falando? Não estaríamos de fato lidando com formas de poder que, embora contenham aspectos positivos, primaram por manter pessoas e grupos submissos aos poderes de alguns? Esta perspectiva nos abre para entender a palavra teologia como palavra de poder e poder sobre os outros, a partir de um conceito limitado de Deus. Esta é, em grande parte, a história do cristianismo desde Constantino até os nossos dias. As religiões e, dentro delas, as teologias se tomaram, na maioria das vezes, expressões de controle e dominação quando justificaram suas verdades para além da experiência humana, para além da história, para além do poder e do amor que nos habitam (GEBARA, 2008, p. 37-38).

Por isso, para Ivone Gebara, não apenas como teóloga, mas como mulher cristã feminista, assim como para muitas teólogas feministas, as Escrituras não se sobrepõem à vida, mas são fontes de inspiração para os sentidos dados pelas mulheres às políticas e aos sagrados, não como passado a ser concretizado atemporalmente no presente. Logo, precisam ser dialogadas e contrastadas com as realidades, em suas temporalidades, para provocarem

pensamentos e ações outrora estabelecidos e evocarem novos paradigmas e percepções sobre a igreja e a sociedade. Deus é expresso por um sagrado feminista, que clama pelo autocuidado das subjetividades femininas, pela afinidade e aliança entre mulheres, pela ação política em prol das mulheres e de seus problemas mais urgentes. Mas, sobretudo, cuja evocação extrapola muros eclesiais e restrições conceituais, porque Deus é nutrido pela sabedoria (FIORENZA, 2009) diante da vida de luta e de resistência, mas também de encontros e partilhas.

Assim, entremeadas por essas distintas epistemologias e teologias, que, de modo não assimétrico, se relacionam e constroem seus sagrados políticos, assumem seus lugares sociais como cristãs e feministas, tornando o cotidiano política teológica pela qual elas caminham para realizarem gestos políticos e socialmente concretos e, sobretudo, feminista e ecumenicamente. Por isso, nunca pararam de caminhar e, através de diferentes compassos e parcerias, persistiram em prol da igualdade e da justiça de gênero. Através de suas formações teológicas feministas e de suas participações em movimentos sociais, populares e políticos, enfrentaram compassos conservadores, transformaram seus caminhos e ressignificaram suas histórias e a história oficial do movimento ecumênico. Transformaram a si mesmas, mas sempre compromissadas com todas as mulheres. Fizeram, assim, das linhas autorizadas pelo masculino, travessias de muitos encontros, ousados, subversivos, contestatórios, desobedientes, revolucionários.

Tudo isso foi possível apesar das inúmeras dificuldades que elas relatam não apenas diante das estruturas que oprimem seus sagrados políticos feministas, mas da própria diferenciação que passam a ter de suas irmãs de fé e das dores que essas divergências trazem em contextos nos quais elas são ainda minoritárias. Mas elas seguem, almejando que mais mulheres sejam livres para desobedecerem. E minhas companheiras não estão sozinhas. Que bom! Muitas já se levantam contra o patriarcado e suas violências, mesmo que possam ainda ser movimentos tímidos, pouco conhecidos e até mesmo desacreditados, especialmente aqueles que evocam evangélicas, feministas e cristãs que lutam pelos direitos das mulheres e por uma fé libertadora (MARTINS, 2019).

Conclusões, sempre parciais

Neste artigo, procurei revelar como o ecumenismo também é marcado pela historiografia do silêncio (PERROT, 2005), que, contraditoriamente, o aproxima de setores religiosos mais conservadores, pautados por teologias patriarcais, que determinam quais são os lugares das mulheres nas igrejas e, assim, não reconhecem muitos de seus ministérios e feitos religiosos. Diante dessa evidência, minhas companheiras intelectuais atuam como agentes políticas e religiosas, mas ainda como produtoras de conteúdos teológicos e de práticas religiosas que possam promover uma “consciência feminista” sobre os processos de exclusão e silenciamento de suas biografias e feitos, revelando as desigualdades de acesso aos espaços de poder e de decisão e as injustiças relativas aos direitos das mulheres no campo religioso e social-político.

Por isso, para analisar o problema antropológico aqui exposto, considere não apenas os diálogos entre epistemologias feministas (HARAWAY, 1995; RAGO, 1998), teorias

antropológicas e práticas feministas (STRATHERN, 2009), mas também entre teologias feministas, práticas religiosas libertadoras e ativismos religiosos-políticos feministas (GEBARA, 2017). Isso porque considero central como as teologias feministas afetaram as subjetividades religiosas e de gênero em minhas companheiras intelectuais, possibilitando-as perceberem que o sagrado que lhes é importante também era fonte de “dores infinitas” (GEBARA, 2017). Diante disso, passam a disputar lugares no movimento ecumênico, nas teologias e nas igrejas, a partir de posicionalidades rebeldes e críticas aos princípios patriarcais, que instituíram desigualdades de gênero, validadas por uma teologia única, excludente e que hegemonicamente deseja validar “um Deus de olho grande” (GEBARA, 2017).

Apesar dos debates e questões aqui propostos terem sido guiados por uma posição política e epistemicamente feminista, não se desconsidera que o próprio discurso ecumênico é periférico no campo religioso cristão. Por isso mesmo, segui o percurso sugerido pelas mulheres com quem tive mais interlocução em campo e que vivem desterritorializadas do território dos conceitos sobre o ecumenismo. Elas se propõem viver ecumenicamente como rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1997), no sentido de que se constroem através dos encontros entre as pluralidades que as compõem em relação com as demais pessoas. Por isso, privilegiam a “conversação” entre essas particularidades indistintas, a fim de promoverem vínculos e fazerem do projeto ecumênico movimento e travessia (SOUZA, 2014, p. 15). Sobretudo, para elas.

Desse modo, elas desejam proliferação e afetos. Reinventam propostas, recusam conceitos não experienciais. Têm sede de vida abundante, de carne e osso, afetada e desejante e, ao beberem de outras águas, realimentam suas subjetividades religiosas e de gênero para se engajarem em lutas políticas como iguais, na caminhada profética ecumênica. E, nesses modos de se encontrarem para além dos muros eclesiais, mas contidas também de uma afinidade cristã, elas encontraram os feminismos com suas teologias não para disputarem com a teologia *status quo* uma verdade bíblica, mas para afirmarem que os sagrados políticos cristãos podem ser verbalizadores de desigualdades e de violências de gênero, mas não o fazem em nome do movimento de Jesus.

Assim, as mulheres ecumênicas que aqui apresentei nunca pararam de caminhar através de diferentes compassos e parcerias, especialmente, mas não apenas, através de suas formações teológicas feministas e de suas participações em movimentos sociais, populares e políticos. Por isso, mesmo que, em diversas instâncias ecumênicas e religiosas, essas mulheres continuassem enfrentando compassos conservadores, a conjuntura política ecumênica (mas não apenas) produziu novos valores e pactos sociais, que possibilitaram suas resistências e persistências em prol da igualdade e da justiça de gênero. Fomentadas pelos feminismos teológicos, transformaram seus caminhos e ressignificaram suas histórias e a história oficial do movimento ecumênico.

Fizeram das linhas retas masculinas e hegemônicas, travessias de muitos encontros, ousados, subversivos, contestatórios. São vistas e se reconhecem como rebeldes e teimosas, guiadas por persistências feministas, que apostam tanto na permanência (disputando cargos e posições de poder e fazendo frente aos machismos que ainda estruturam o ecumenismo

e suas igrejas), quanto nas rupturas, visto que algumas se afastaram de suas igrejas e dos espaços ecumênicos e buscaram novos ambientes e coletivos, onde pudessem experimentar outras relações com o sagrado e com o feminismo. Mesmo assim, continuam persistindo na “denúncia” das desigualdades de gênero, a partir do plano do sagrado, mesmo quando afastadas institucionalmente, pois encontraram, em suas caminhadas, novas apreensões teológicas sobre esse sagrado.

Por isso, elas seguem por distintos caminhos, em diferentes ritmos e passos e em distintas companhias, nos espaços do campo ecumênico, em que atuam persistentemente, enfrentando os desafios de se oporem a uma “história única” e se colocando como parte desse processo de “descobrir outros horizontes, formular novas perguntas, sugerir outras respostas e encontrar novos caminhos para se pensar a mudança” (STRÖHER, 2005, p. 123). Através também do compasso ecumênico, caminham cientes do percurso ainda a ser feito e de todos os passos a serem dados diante de uma caminhada longa, mas que já foi trilhada por tantas mulheres, cujas histórias não foram nomeadas ou foram silenciadas.

Se nossos passos vêm de muito longe, nossas escritas precisam ser nutridas por essas histórias que “indicam caminhos de resistência nas fronteiras do poder normativo” (STRÖHER, 2005, p. 123). Histórias que nos fazem esperar em outro por vir, que se inicia agora, em cada texto, cada ação, cada verbo, cada carne, imprescindíveis para fazer as mudanças teológicas, eclesiológicas e sociológicas necessárias para que haja persistências, mas do sagrado e do político enquanto verbalização da justiça e da igualdade de gênero.

Referências

BENCKE, R. M. **Ecumenismo, valores sociais e modernização**: a percepção dos agentes eclesiais. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

BORGES, A. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das *townships* sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 29, p. 23-42, 2009.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DEIFELT, Wanda. A luta continua: interseccionalidade como lente epistemológica. **Coisas do Gênero**, São Leopoldo, v.1, n. 1, jul.-dez. 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 4. São Paulo: Ed. 54, 1997.

DE SOUZA, S. D. Estudos feministas e religião: percursos e desafios. In: DE SOUZA, S. D.; DOS SANTOS, N. P. **Estudos feministas e religião**: tendências e debates. (Vol 2). Curitiba: Editora Prismas, São Bernardo do Campo: UMESP, 2015.

DIAS, Z. Sobre os empenhos ecumênicos na promoção e defesa dos Direitos Humanos. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, v. 4, n. 1, p. 116-126, 2013.

DUARTE, T. dos S. Uma perspectiva epistemológica feminista sobre o movimento ecumênico. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 22, n. 1, p. 3-23, 2016.

DUARTE, T. dos S. A militância política de grupos ecumênicos na construção da democracia brasileira In: DA CUNHA, C. V.; LOPES, P. V.; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll & ISER, p. 170-194, 2017.

DUARTE, T. dos S. **Sobre persistências históricas ou sobre insistentes rebeldias feministas no movimento ecumênico brasileiro**. (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 313.

DUARTE, Tatiane dos S. “Our time has come! It’s time for the church to govern”: evangelicals in Brazilian politics and in our ethnographies. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, v. 17, p. 1-24, 2020.

FIORENZA, E. S. **Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

GEBARA, I. Pensar a rebeldia cristã a partir das relações de gênero. In: SOUZA, S. D. de. (Org.). **Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas**. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista, 2006.

GEBARA, I. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, E.; BERGESCH, K., PARLOW, M. (Orgs.). **Epistemologia, Violência e Sexualidade: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero**. Editora Sinodal, 2008.

GEBARA, I. **Mulheres, Religião e Poder: ensaios feministas**. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.

MARTINS M. G. dos S. **(Fé)minismo: análises sociológicas sobre feministas evangélicas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

PEREIRA, N. C. A alegria é a prova dos nove: antropofagia e ecumenismo. In: CARDOSO, N.; SOUZA, D. **Ecumenismo: um grão de salvação escondido nas coisas do mundo**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

STEIL, C. A.; TONIOL, R. A trajetória dos Direitos Humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral. In: OLIVEIRA, P. R. de; MORI, G. de. (Org.). **Mobilidade religiosa: linguagens, juventude, política**. 1ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

SOUZA, D. O Ecumenismo nas “Bandas de Cá”: Algumas Suspeitas sobre o Congresso Evangélico do Panamá (1916). In: CARDOSO, N.; SOUZA, D. **Ecumenismo: um grão de salvação escondido nas coisas do mundo**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

STRATHERN, M. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 83-104, jul/dez. 2009

STRÖHER, M. A história de uma história – o protagonismo das mulheres na Teologia Feminista. **História Unisinos**, v. 9, n. 2, maio/ago. 2005.